



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA ESTADUAL

PR/RR-003919/2016



1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA (PR-RR) E A EMPRESA CLARO S/A, PARA SERVIÇOS CONTINUADOS EM TELEFONIA FIXA DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL.

A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o número 26.989.715/0027-41, situada na rua General Penha Brasil, nº 1255, Bairro de São Francisco, Boa Vista – RR, representada neste ato pelo seu Secretário Estadual, senhor **Igor José Barbosa Duarte Lopes**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 147.738 SSP/RR, inscrito no CPF/MF sob o nº 510.251.242-00, no exercício da competência que lhe foi atribuída no artigo 108, III, da Portaria nº 591 (Regimento Interno do MPF), de 20/11/2008, da Procuradoria-geral da República, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**,

e a empresa

**CLARO S.A.**, inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0001-47, estabelecida na Rua Flórida, 1970, Cidade Monções, São Paulo - SP, CEP: 04.565-907, neste ato representada pela senhora **Roberta Jeronimo Gonso**, brasileira, casada, Gerente Executiva de Contas, portadora do documento de identidade nº 3.185.790 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.487.741-20 e pela senhora **Patrícia Carneiro Gomes**, brasileira, casada, Gerente Executiva de Vendas, portadora do documento de identidade nº 1.994.876 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 700.765.101-15, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**,

tendo em vista o contido no Processo MPF/PRRR nº 1.32.000.001104/2014-86, por meio do Pregão nº 03/2015, e considerando ainda as disposições estabelecidas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, no Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, atualizada, e demais normas pertinentes, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente contrato por execução indireta, em regime de empreitada por preço global, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO**

O presente Termo de Aditamento tem por objeto prorrogar o período de vigência (Cláusula Oitava) do Contrato nº 04/2015, conforme previsto no artigo 65, II, 'd', da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**DA PRORROGAÇÃO**

O contrato original terá sua vigência prorrogada por um período de **12 (doze) meses**, do dia **26/03/2016** ao dia **06/02/2016**

1º Aditivo ao Contrato nº 04/2015

1/2

(95) 3198-2000 / 3198-2019 - [www.prrr.mpf.gov.br](http://www.prrr.mpf.gov.br)

Rua General Penha Brasil, 1255  
CEP 69305-130 – Boa Vista – RR

25/03/2017.

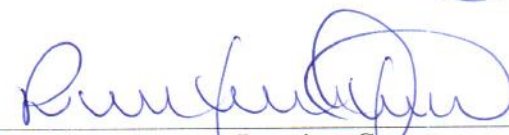
**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**DISPOSIÇÃO GERAL**

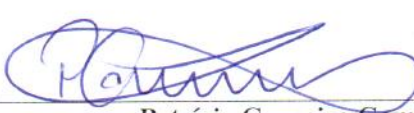
Ficam mantidas inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato em referência.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente TERMO ADITIVO, lavrado em duas vias de iguais teores e formas, assinado pelas partes, com as testemunhas abaixo.

Boa Vista, 26 de fevereiro de 2016.

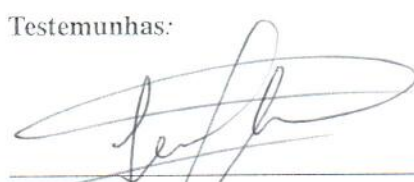
  
Igor José Barbosa Duarte Lopes  
Secretário Estadual  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA / RR

  
Roberta Jeronimo Gonso  
Representante  
CLARO S/A

  
Patrícia Carneiro Gomes  
Representante  
CLARO S/A

Testemunhas:

Nome:

  
Joel de Oliveira Melo

CPF : 005.279.562-44

Nome:

  
Juscelino Eufrazino de Pinto

CPF : 060.927.423-53



## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 04/2016. Processo nº 1.32.000.000009/2016-27. Licitação de origem: Pregão Eletrônico SRP nº 01/2016. Unidade Gestora: 380006. Ata de Registro de Preços nº 01/2016. Resumo do objeto: Compra parcelada e sob demanda de 10.000 Litros de gasolina comum (Percentual de Desconto 3,5%) e 500 litros de óleo diesel S-10 (Percentual de Desconto 3,5%). Contratada: AUTO POSTO ABEL GALINHA LTDA. (CNPJ nº 00.376.437/0001-24). Valor do contrato: Até R\$ 38.914,15. Data da assinatura: 01/03/2016. Vigência: 01/03/2016 a 28/02/2017. Assinaram: pelo Contratante, Igor José Barbosa Duarte Lopes (Secretário Estadual); pela Contratada, Vitor Mateus (Procurador).

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 1.32.000.001104/2014-86. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2016. Contratante: Procuradoria da República no Estado de Roraima (U.G. 380006). Contratada: CLARO S.A. (CNPJ 40.432.544/0001-47). Licitação de referência: Pregão nº 03/2015. Objeto contratado (resumo): telefonia continuada em telefonia fixa de longa distância nacional e internacional. Objeto do aditivo (resumo): prorrogação da vigência do contrato, para o período de 26/03/2016 a 25/03/2017 (12 meses), sendo esta a 1ª prorrogação; Fundamentos legais: art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993. Data do Aditivo: 26/02/2016. Assinam: o instrumento: pela Contratante, Igor José Barbosa Duarte Lopes (Secretário Estadual); pela Contratada, Roberta Geronimo Gonso e Patricia Carneiro Gomes (Representantes).

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2013, firmado entre a União, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, e a CLARO S/A. Objeto: Alterar a Cláusula Décima Terceira - Do Valor, passando o valor estimado mensal do Contrato a ser de R\$ 9.093,80 (nove mil, noventa e três reais e oitenta centavos), com fulcro no inciso II, do §2º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 22/02/2016. Assina pela Contratante, Dra. Adriana Augusta de Moura Souza, Procuradora - Chefe, e pela Contratada, Sra. Roberta Jerônimo Gonso, Gerente Executiva de Contas e Sra. Patricia Carneiro Gomes, Gerente Executiva de Vendas.

## PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2016

Processo: 2.06.000.008195/2015-04. Contratante: Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, CNPJ nº 26.989.715/0037-13. Contratada: GAMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.255.981/0001-83. Objeto: Aquisição de 5 esterilizadores de ar. Vigência: 12 meses, contados da data de recebimento definitivo do objeto. Valor total contratado: R\$ 1.471,35. Assinam: Carlos Antônio Ferreira Carvalho, pela Contratante, e o Sr. Ezequiel Zacarkim, pela Contratada. Data de Assinatura: 01/02/2016.

## PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do 4º termo aditivo. Contratantes: Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região e a Missão Serviços Técnicos Ltda. Objeto: Prorrogação do Contrato N.º 13/12. Fundamento Legal: Arts. 57, II, Lei n.º 8.666/93. Vigência: 23/4/2016 a 22/4/2017. Assinatura: 03/03/2016. Assinam: Carlos Leonardo Holanda Silva, Procurador-Chefe, pela contratante e Marialda Lopes Camelo, Sócia-Administradora, pela contratada.

## PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de nº 10/2014 de prestação de serviços de vigilância armada firmado entre a União Federal - Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região e a empresa ESE Segurança Privada LTDA. Objeto: Fica repactuado o valor do contrato para R\$ 20.685,78 com efeitos financeiros a partir de Janeiro de 2016; ficam ratificadas as demais cláusulas e condições contidas no instrumento original. Data da Assinatura: 01/02/2016. Assinam: Hideraldo Luiz de Sousa Machado, Procurador-Chefe da PRT-8ª Região, Sra. Kátia de La Rocque Bevilacqua, pela contratada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016030400133

## PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratante: União Federal/PRT 9ª Região. Contrato nº 009/2012. Contratada: COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A. Espécie: Quarto Termo Aditivo. Objeto: a) Reajustar os valores mensais em 11,12%, e b) Prorrogar a vigência até 26/02/2017. Assinam: Procurador-Chefe pela Contratante e Wesley de Souza Carvalho pela Contratada. Curitiba, 16/02/2016.

## PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

### AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO Nº 22/2015

Informamos que no prego em epígrafe, cujo objeto é a aquisição de suprimentos para servidores e storage, os itens foram cancelados na aceitação em razão de exigência de documentação no termo de referência que frustrou o caráter competitivo do certame, dessa forma, a licitação restou fracassada.

LUÍS FERNANDO TARRAM VIA  
Pregoeiro

(SIDEIC - 03/03/2016) 200095-00001-2016NE000001

## MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2015-MPM. Processo nº: 08160.000439/2016-87. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Braserv Ltda.-EPP. CNPJ: 94.331.832/0001-34. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de manutenção e conservação do jardim, bem como dos vasos de plantas ornamentais da Sede da Procuradoria de Justiça Militar em Porto Alegre/RS. Vigência: 13/2/2016 a 12/2/2017. Data de assinatura: 12/2/2016. Assinam: Jaime de Cassio Miranda, Diretor-Geral, pelo MPM e Marcelo de Castro Lima, pela contratada.

### AVISO DE PENALIDADE

Processo: 08160.010429/2015-79.

O Ministério Público Militar informa que, decorrido o prazo de defesa prévia, foi aplicada à empresa E. L. ANDRADE - ME, CNPJ/MF nº 04.135.894/0001-88, a penalidade de multa no valor de R\$ 12.712,18 (doze mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos) e rescisão unilateral do Contrato nº 8/2015-MPM, a contar de 14 de março de 2016. Fundamento Legal: Multa: inciso II do artigo 87 da Lei n.º 8.666/1993. Rescisão: inciso I do artigo 79 da Lei 8.666/93. Os autos encontram-se com vista franqueada, conforme determina a legislação em vigor.

JAIME DE CASSIO MIRANDA  
Diretor-Geral

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

### EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 045/2015/ITA. Processo nº 08190.184240/15-20. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: ALLEN RJO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 00.710.799/0001-00. Objeto: Substituir, excepcionalmente, os Part Numbers dos ITENS 1 - ExchgSvrEnt 2013 SINGL MVL ( de 395-04489 para 395-04563) e 5 - Outil 2013 SINGL MVL ( de 543-06090 para 543-06526), face a descontinuidade dos part numbers registrados pelo fabricante, sem ônus adicional ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, tendo em vista a manifestação do Departamento de Tecnologia da Informação e a compatibilização das características técnicas com aquelas exigidas no edital. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: Wagner de Castro Araújo, Diretor-Geral; CONTRATADA: Ricardo da Silva Podda Júnior, Sócio-Diretor. Data da assinatura: 22/2/2016.

### RETIFICAÇÃO

No extrato, publicado no D.O.U - Seção 3, de 3/3/2016, página 105, coluna 3, onde se lê: "4º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/DG/MPDFT/2014", leia-se: "3º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/DG/MPDFT/2014".

## Tribunal de Contas da União

### AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 9/2016 - UASG 030001

Nº Processo: 026.626/2015-2. Objeto: Pregão Eletrônico - A contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de dedetização em todas as áreas internas e externas dos Edifícios Sede, Anexos I, II, III, Instituto Serzedello Corrêa ? ISC, Canteiro de obras da Escola Superior de Controle ? ESUC, do Tribunal de Contas da União ? TCU, em Brasília-DF, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações constantes neste Edital. Total de Itens Li-

citados: 00001. Edital: 04/03/2016 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h59. Endereço: Setor de Administracao Federal Sul; Lote 1, Sala 140 Asa Sul - BRASILIA - DF ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/030001-05-9-2016](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/030001-05-9-2016). Entrega das Propostas: a partir de 04/03/2016 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 16/03/2016 às 14h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

(SIDEIC - 03/03/2016) 030001-00001-2016NE000001

### PREGÃO Nº 10/2016 - UASG 030001

Nº Processo: 024.099/2015-5. Objeto: Pregão Eletrônico - A presente licitação tem como objeto o fornecimento de impressora em braille e abafador, incluindo garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações constantes do Anexo I ? Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 04/03/2016 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h59. Endereço: Setor de Administracao Federal Sul; Lote 1, Anexo I, Sala 103 Asa Sul - BRASILIA - DF ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/030001-05-10-2016](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/030001-05-10-2016). Entrega das Propostas: a partir de 04/03/2016 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 16/03/2016 às 14h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

NATHALIA BALDEZ DOROTEU  
Pregoeira

(SIDEIC - 03/03/2016) 030001-00001-2016NE000001

## SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DA ÁREA SOCIAL E DA REGIÃO NORDESTE SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO CEARÁ

### EDITAL Nº 33, DE 1º DE MARÇO DE 2016

TC 012.312/2012-6 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica citada a empresa MCP - Projetos e Construções Ltda., Cnpj 05.177.168/0001-90, atinente ao processo de tomada de contas especial da Prefeitura Municipal de Pacatuba/CE, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência e conduta descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor.

| Data de ocorrência | Valor (R\$) |
|--------------------|-------------|
| 31/1/2007          | 33.398,90   |
| 29/6/2007          | 44.923,71   |
| 18/1/2008          | 2.109,68    |

Os débitos são decorrentes da seguinte ocorrência: não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Contrato de Repasse 179348-57 (Siafi 550539), celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Pacatuba/CE, em razão da ausência de nexo causal entre os recursos repassados e a consecução de seu objeto, bem como a contratação da empresa MCP - Projetos e Construções Ltda., que não possuía capacidade operacional para a realização do objeto do ajuste, conforme descrito no item 3.3 do Relatório de Fiscalização - TC 030.945/2011-9 e, considerando ainda as informações, indícios e provas apontadas na última instrução e colhidas em inspeção junto a Justiça Federal e Polícia Federal. Conduzida da empresa: na condição de licitante e contratada, participou da execução fraudulenta do Contrato de Repasse 179348-57, visto que não detinha capacidade operacional para a execução da obra contratada. A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento dos débitos atualizados e acrescidos de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992).

JEFFERSON PINHEIRO SILVA  
Secretário  
Substituto

## COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DA ÁREA DE INFRAESTRUTURA E DA REGIÃO SUDESTE SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO RIO DE JANEIRO

### EDITAL Nº 6, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

TC 004.276/2015-9 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a associação Apoio ao Trabalhador Autônomo (ATA), CNPJ: 04.011.396/0001-23, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 875/2016-TCU-1ª Câmara, Sessão de 16/2/2016, proferido no processo TC 004.276/2015-9, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, a condenou a recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 26/2/2016: R\$ 2.946.388,54; sendo em solidariedade com a responsável Michelle Plubins Bulkool, CPF 042.697.187-65. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.